
**Jornalismo alternativo, direitos humanos e decolonialidade:
Aproximações teóricas para pensar perspectivas inovadoras de produção e
circulação de conteúdos jornalísticos alternativos ¹**

Juliana Fernandes TEIXEIRA²
Luan dos Santos SANTANA³

RESUMO

Este artigo é um recorte analítico de uma dissertação de mestrado ainda em curso, que se propõe a investigar o jornalismo produzido por sujeitos invisibilizados e subalternizados no estado do Piauí (Brasil). Aqui alinhamos três conceitos (jornalismo alternativo, teoria crítica dos direitos humanos e decolonialidade) com o objetivo de traçar um caminho teórico-epistemológico para pensar práticas inovadoras e emancipatórias no Jornalismo Alternativo. Apresentamos assim os pontos de conexão entre esses conceitos, que se configuram como elementos de complementaridade para refletir essas práticas em sua pluralidade, desde os aspectos históricos, políticos e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo alternativo, direitos humanos; decolonialidades; inovação.

INTRODUÇÃO

Os estudos acerca da produção e circulação de conteúdos alternativos, sobretudo na internet, passam, quase que inevitavelmente, pelas linhas teóricas mais inovadoras. Enquanto inovadoras, propomos aqui, as perspectivas que propõem rupturas nas

¹ Trabalho apresentado no Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (Salvador/Brasil) e em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (Covilhã/Portugal), por meio do regime de co-tutela entre as duas instituições. Realizou entre 2016 e 2018 estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Piauí, onde, atualmente, é professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. É líder do grupo de pesquisa Jornalismo, Inovação e Igualdade (JOII - www.joiufpi.com.br). E-mail: teixeira.juliana.rj@gmail.com.

³ Jornalista e Mestrando em Comunicação Social do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) - UFPI. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em comunicação e direitos humanos, jornalismo on-line e dispositivos móveis, comunicação popular e comunitária. E-mail: luanmatheus@gmail.com.

discussões realizadas a respeito de culturas e povos subalternizados ao longo dos séculos, como os estudos decoloniais, um dos focos da presente pesquisa.

Em acordo com Nascimento (2018), apontamos para o fato de que as discussões científicas ainda são fortemente marcadas pelo positivismo (e suas conseqüentes reivindicações de uma suposta neutralidade e universalidade), contribuindo para uma manutenção de perspectivas alinhadas com um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, cis-heteronormativo e ocidentalista.

Diante desse contexto, a formulação de aproximações teóricas diferentes, inclusive para pensar práticas jornalísticas alternativas, é fundamental para que as reflexões sejam efetivamente plurais. Segundo Cruz (2017), essa iniciativa pode se tornar uma opção para uma experiência de jornalismo desvinculada (ainda que apenas em uma certa medida) de aparatos de controle hegemônicos. "Uma ação que engendra linguagem, técnica e prática de outra vivência dentro da comunicação, com formação múltipla de se tornar narrador absorvendo estigmas e padrões comportamentais desde seu local, desde a diferença colonial" (CRUZ, 2017).

Na dissertação da qual o presente artigo faz parte, apresentamos uma proposta de aproximações teóricas entre Jornalismo Alternativo, a Teoria Crítica dos Direitos Humanos e o pensamento decolonial. Nosso objetivo é, portanto, investigar se e como essas aproximações podem oferecer caminhos para que sejam pensadas e implementadas perspectivas inovadoras para a produção de um jornalismo menos desigual no contexto atual.

Para isso, no primeiro tópico do texto, abordamos o conceito de inovação e de que modo ela vem sendo incorporada aos processos e produtos jornalísticos. Em seguida, realizamos uma reflexão sobre as aproximações potencialmente inovadoras entre jornalismo alternativo, teoria crítica dos direitos humanos e pensamento decolonial, recorrendo, sobretudo, à revisão bibliográfica das obras de Peruzzo (2017), Freire (1987), Kaplún (1985), Flores (2009), Quijano (2005), Villanueva (2017), Torre e Pires (2018), Mignolo (2017), Silva (2017), Palacios, Barbosa, Firmino e Cunha (2015).

1. A inovação na produção do jornalismo contemporâneo

Historicamente associada ao imaginário do progresso e aumento da eficácia e produtividade, a inovação se constituiu ao longo do tempo como um aparato

instrumental de mudanças profundas e permanentes que produzem avanço e progresso (FERNANDES; SILVA, 2019. p. 19). Nesse contexto, o avanço das tecnologias se constitui com a inovação capaz de incorporar a ideia de “ação útil”, na medida em que buscou facilitar a vida cotidiana com novas máquinas, softwares, fórmulas, etc.⁴

Para Rogers (1983), a inovação pode ser vista enquanto uma ideia, prática ou objeto percebido como novo. Em outras palavras: o que importa de maneira determinante é a percepção da novidade pelo indivíduo, independente do lapso de tempo entre essa percepção e o primeiro uso ou descoberta da inovação.

Essas características podem ser observadas e aplicadas em diversos segmentos. No campo da comunicação, o desenvolvimento das tecnologias digitais tem sido uma combinação entre inovações em diferentes segmentos, como os produtos, os processos, o mercado e as formas de uso (STEINBOCK, 2005; TOURINHO, 2010). Já no campo específico da internet, sobretudo no webjornalismo, essa realidade não é distinta, demandando um tratamento diferenciado para os conteúdos comunicacionais (CABRERA GONZÁLEZ; BERNAL TRIVIÑO, 2011; GONÇALVES, 2009).

Porém, cabe ressaltar que as atuais inovações alternam períodos de inovação com de depressão (FLING, 2009). O desafio, portanto, não é apenas tecnológico, mas está, sobretudo, nas potencialidades de apropriação e incorporação das inovações nos conteúdos produzidos para o meio digital (CEBRIÁN HERREROS, 2003; LÓPEZ, 2006). Afinal, de acordo com Grubenmann (2013), o progresso exponencial do digital desencadeou processos de mudança em todos os sistemas sociais, com o sistema dos meios de comunicação sendo um dos mais afetados. Para continuar a cumprir as suas funções de efetivamente informar, comentar e entreter diante das possibilidades do contexto digital, o jornalismo precisa, portanto, percorrer caminhos inovadores (RUSCH, 2010).

Diante desse panorama, fica evidente, em acordo com Rossetti (2013), a necessidade e a relevância de que a inovação seja discutida de modo crescente no meio acadêmico-científico, em diferentes áreas do conhecimento, inclusive no âmbito da Comunicação e do Jornalismo, conforme propomos no presente artigo.

⁴ Os aspectos históricos podem denotar as ligações econômicas as quais esse conceito foi sendo trabalhado ao longo da história. Entretanto, e justamente em função desse panorama tão complexo, buscamos aqui delimitar o que compreendemos como inovação alinhada a uma perspectiva decolonial, ainda que sem a mínima pretensão de esgotarmos um assunto de tal magnitude ou mesmo propor conceitos definitivos que ajustem as muitas arestas desse âmbito de discussão,

Assim, consideramos a inovação, tanto o efeito, quanto o ato de inovar. Ou seja, em acordo com Rossetti (2013), a inovação é, nessa pesquisa, pensada como substantivo (o novo) e como verbo (inovar). O novo, todavia, não precisa ser algo nunca visto. Ele pode ser também algo visto por outras perspectivas. Inovar também é ver com outros olhos, se contrapor aos discursos dominantes, mesmo que sem romper em definitivo com suas lógicas hegemônicas (FERNANDES; SILVA, 2019).

Isso porque, conforme Silva (2016), uma sociedade funciona através de suas instituições e instituições hegemônicas moldam culturas hegemônicas difíceis de serem quebradas, a exemplo da forma como o colonialismo excluiu a ética dos processos de inovação para criar (e desenvolver) um modelo universal de sociedade capitalista ideal para ocidentalizar o mundo (SILVA, 2017).

Só instituições contra hegemônicas, éticas, podem parir uma ordem cultural ‘outra’, prenhe de indignação e esperança, as parceiras de uma sociedade outra, cuja visão de mundo é radicalmente diferente da anterior, com implicações emancipatórias para seus sistemas de educação, comunicação, cooperação, pesquisa, extensão, enfim, inovação (SILVA, 2017. p. 355).

Nesse sentido, para o Webjornalismo alternativo, inovar é mais criar novas possibilidades de fazer, mas é, sobretudo, criar novas possibilidades de construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária. Configura-se também como uma estratégia de ação prática: inovar talvez seja a forma dessas iniciativas alternativas se manterem vivas e atuantes na sua prática contra-hegemônica.

Se, como acredita Fernandes e Silva (2019), inovar é também lançar outros olhares, no jornalismo alternativo, essa prática é mais de um instrumento de progresso ou desenvolvimento, uma vez que assume um potencial de lançar olhares plurais e diversos, favorecendo a conformação de uma comunicação mais democrática.

Assim, para se obter conteúdos noticiosos inovadores, parece claro que o caminho seria o desenvolvimento de uma nova cultura profissional para os jornalistas, de modo a estimular uma mentalidade que subverta os valores estabelecidos pelos meios de comunicação tradicionais. Isso, contudo, não é uma tarefa simples, até porque a diversidade não costuma ser apreciada na prática jornalística. Embora existam cada vez mais experiências fora das mídias convencionais ou até mesmo fora do que é tradicionalmente visto como jornalismo (GYNNILD, 2014), os meios de comunicação alternativos, em geral, são ignorados ou preteridos. “O jornalismo parece ignorar ou

depreciar o que poderia ser a sua mais valiosa semente para a mudança” (SCHUDSON, 1998, p.31). Como propõe Jenkins (2008, p.326):

O poder da mídia alternativa é que ela diversifica; o poder da mídia de radiodifusão é que ela amplifica. É por isso que devemos nos preocupar com o fluxo entre as duas: expandir os potenciais para a participação representa a maior oportunidade para a diversidade cultural.

Cabe, portanto, à Universidade promover pesquisas nesse sentido e propor transformações, alguns dos desafios da pesquisa que aqui se propõe. Em acordo com Bolaño e Brittos (2007, p.293), torna-se cada vez mais essencial “pensar de maneira articulada as políticas de comunicação, informatização, educação, ciência-tecnologia e cultura, visando à preservação e desenvolvimento da diversidade”. É fundamental reunir esforços para fazer com que as inovações representem, acima de tudo, uma redução das desigualdades em todas as esferas em que se inserem, questão que abordamos no tópico que se segue.

2. Aproximações entre jornalismo alternativo, Teoria Crítica dos Direitos Humanos e pensamento decolonial

O conceito de Jornalismo Alternativo, em primeiro lugar, é trabalhado na presente pesquisa a partir das ideias de Cicília Peruzzo (2017), Paulo Freire (1987) e Kaplún (1985), alinhando suas reflexões a de outros autores brasileiros e latino-americanos. Pode ser caracterizado como todo meio que, diante de um contexto marcado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder, adotam uma posição de resistência e de embate ao discurso dominante. Para Peruzzo, historicamente, a posição político-ideológica desse tipo de comunicação no Brasil é de caráter contestador ao *status quo* e serve como canal de expressão de setores subalternos organizados da população com vistas a obter respostas para suas demandas (PERUZZO, 2017).

Portanto, quando falamos em Jornalismo Alternativo, estamos falando de modos plurais de fazer comunicação que, pela sua característica mais de geral ligada à ideia de transformação social, se aproxima conceitualmente (e também nas ações práticas,

incluindo produtos e processos) da ideia de comunicação comunitária e popular. Poderíamos ir além, ao propor outra aproximação conceitual, com a ideia de comunicação contra-hegemônica, na medida em que os motivos que levam ao surgimento e à ação dessas mídias alternativas, populares ou comunitárias parecem estar organicamente mais próximos de uma luta por uma contra-hegemonia, de uma batalha pela obtenção de um novo consenso, mais favorável às classes subalternas, de onde vêm esses atores sociais coletivos⁵ (MALERBA, 2013, p. 9).

É, portanto, um espaço de coletividade, de horizontalidade e do diálogo. Paulo Freire (1987), embora não tenha se dedicado a pensar uma teoria da comunicação, é quem melhor nos ajuda a compreender o pilar que sustenta esses modos de fazer comunicação.

Expressar-se, expressando o mundo, implica o comunicar-se. A partir da intersubjetividade originária, poderíamos dizer que a palavra, mais que instrumento, é origem da comunicação – a palavra é essencialmente diálogo. A palavra abre a consciência para o mundo comum das consciências, em diálogo portanto. Nessa linha de entendimento, a expressão do mundo consubstancia-se em elaboração do mundo e a comunicação em colaboração. (FREIRE, 1987, p. 13)

Em “Pedagogia do Oprimido”, Freire (1987) propõe um modelo educacional que tem no diálogo seu elemento-chave. Um modelo que é centrado nas pessoas e com ênfase no processo. Sua origem, embora somado a aportes pedagógicos e sociológicos europeus e norte-americanos, vem da América Latina. Apresenta uma educação para a libertação dos setores oprimidos e subalternizados.

Esse modelo de educação busca formar as pessoas para que eles sejam capazes de transformar sua realidade. Não mais o professor para o aluno ou um aluno para um professor, mas sim um educador-educando para um educando-educador (FREIRE, 1987). Dessa forma, Freire acreditava que todos (professores e estudantes) eram partes complementares de um amplo processo de construção do conhecimento, que ocorria de forma horizontal e coletiva. Forma-se assim um modelo de educação crítico, problematizador, consciente e baseado na participação ativa dos sujeitos - educadores e educandos - no processo educativo.

⁵ Esse, porém, não é o foco do presente artigo, já que a questão da hegemonia e da contra-hegemonia já foi trabalhada em artigos anteriores relacionados à presente pesquisa.

Conduzido por esse pensamento, Kaplún (1985) reflete sobre uma comunicação centrada nas pessoas, portanto, uma comunicação do diálogo e da transformação. Para ele, a comunicação popular (aqui também podemos dizer alternativa) só faz sentido por meio do diálogo, da horizontalidade e coletividade.

Se, diante do que foi posto até aqui, compreendemos que o Jornalismo Alternativo se faz no interior dos setores oprimidos e subalternizados a partir de suas demandas específicas e ideias gerais de transformação social, abre-se um caminho, então, para dialogar em torno de uma proposta de aproximação conceitual com a Teoria Crítica dos Direitos Humanos, compreendida como um processo que é construído a partir das lutas de setores oprimidos e subalternizados (HERRERA FLORES, 2009).

Para Herrera Flores (2009), a definição de Direitos Humanos tem a dignidade humana como premissa central, assim como todos os que são vítimas de violações ou dos que são excluídos sistematicamente dos processos e dos espaços de positivação. Nessa perspectiva, os direitos humanos não se confundem com leis, pactos e declarações internacionais, ao contrário, se caracterizam como objeto que as normas internacionais pretendem regular. (HERRERA FLORES, 2009, p.18).

O objetivo, portanto, é adequar as discussões sobre os direitos humanos ao contexto contemporâneo, entendendo-o como algo diferente daquilo que se expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Herrera Flores (2009) propõe pensar os direitos humanos por fora das imposições do colonialismo, buscando respostas nos setores periféricos e subalternizados, em geral, os que mais sofrem com as violações desses direitos.

Uma teoria crítica do direito deve se sustentar, então, sobre dois pilares: o reforço das garantias formais reconhecidas juridicamente, mas, igualmente, o empoderamento dos grupos mais desfavorecidos ao lutar por novas formas, mais igualitárias e generalizadoras, de acesso aos bens protegidos pelo direito. (HERRERA FLORES, 2009, p.59).

Assim, o Jornalismo Alternativo, ao empoderar e responder às necessidades de grupos oprimidos e subalternizados pode ser entendido como parte daquilo que Herrera Flores (2017) caracterizou como “lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida”. (HERRERA FLORES, 2009, p.28). Pensar o Direito Humano à Comunicação a partir das comunidades, dos povos periféricos e subalternos é uma opção teórico-prática que nos aproxima tanto da Teoria Crítica dos

Direitos Humanos quanto do pensamento descolonial, na busca por uma nova perspectiva distante das imposições colonialistas. Em acordo com Castilho (2013, p.179):

[...] a emergência de uma concepção crítica de direitos humanos representa um movimento importante de abertura do campo jurídico às problematizações políticas e sociais advindas desse contexto contraditório e ainda distantes dos marcos normativos, na medida em que o conhecimento e a prática jurídicos necessitam oferecer respostas aos conflitos sócio-políticos ainda latentes na América Latina e no mundo.

A teoria crítica e a proposta de Reinvenção dos Direitos Humanos de Herrera Flores (2009) mescla elementos da perspectiva decolonial e do pensamento crítico dos direitos humanos, conforme Castilho (2013) pontua. Gándara Carballido (2013), ao analisar a obra de Herrera Flores (2009) sob uma ótica decolonial, defende que o autor estabelece sua narrativa a partir dos sujeitos oprimidos e da crítica à dimensão colonialista da modernidade, o que faz com que amplie seu horizonte emancipatório.

Aqui, compreendemos o pensamento decolonial como um lugar de ruptura, todavia, essa ruptura não fala necessariamente sobre negação. Balestrin (2013), ao falar do giro decolonial, afirma que o processo de decolonização não deve ser confundido com a rejeição daquilo que foi ou é produzido no Norte global (em geral, os colonizadores), nem como uma aceitação única daquilo que é produzido no Sul (em geral, os colonizados).

Ainda vivemos numa época de fortes algemas teóricas, imputadas por ideologias históricas, sob as quais se fundamentam as principais escolas científicas, voltadas quase que unicamente às teorias nortenhas, de “países desenvolvidos” – sob a ótica dos indicadores internacionais. Há ignorância e desrespeito em relação a outros conhecimentos e, conseqüentemente, um estreitamento das pesquisas científicas (TORRE, 2018).

Mignolo (2017) lembra que a “colonialidade” é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, no final dos anos 1980; portanto, um campo ainda muito recente dos estudos sociais. As opções decoloniais são um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade (MIGNOLO, 2017. p. 6).

Desse modo, o pensamento decolonial perpassa o processo da colonização no sentido de superar as marcas históricas e culturais que os colonizadores impuseram e que ainda permanecem nos países frutos de processos de colonização. Nesse sentido, o pensamento decolonial não assume um direcionamento único: pelo contrário, busca apresentar uma diversidade epistemológica historicamente silenciada.

Portanto, na comunicação, o pensamento decolonial nos ajuda a traçar um caminho que, ao mesmo, se desprenda das amarras teóricas e formatos pré-moldados, bem como possa diversificar as perspectivas, refazer, recriar, repensar os modos de fazer comunicação e jornalismo. Mas esse re-fazer não deve ser vazio de propósito; em vez disso, precisa almejar um horizonte emancipatório. Aquilo que Villanueva (2017) chama de sentido último da decolonização comunicacional: a re-humanização, ou seja, resgatar na prática e no sentido mais amplo sua dimensão dialógica, democratizante e humanizadora, uma vez que sua realização concreta continua a se basear na imposição e nas assimetrias.

3. Considerações finais

Neste artigo nos propusemos a pensar o Jornalismo Alternativo a partir de uma aproximação com a Teoria Crítica dos Direitos Humanos e dentro da perspectiva epistemológica do pensamento decolonial, que nasce a partir de uma ruptura com o que hegemonicamente se construiu sobre ciência e racionalidade.

O que foi dito e refletido até aqui conduzem os processos e práticas de jornalismo alternativo para uma encruzilhada⁶, onde novas possibilidades de ser e fazer comunicação se encontram e se desdobram em outras possibilidades. Portanto, gerando processos inovadores (FERNANDES; SILVA, 2019; SILVA, 2017) em seus produtos e processos jornalísticos.

Se o jornalismo alternativo, conforme preconizado por Peruzzo (2017) está fortemente relacionado à ideia de comunicação popular (aqui debatidas a partir de Freire e Kaplún) e executado diretamente pelas camadas populares e subalternizadas da sociedade, acreditamos que sua prática se configura como um espaço de resistência em

⁶ Por encruzilhada, concordamos com Bião (2009), que a caracteriza como lugares de encontros e desencontros [...], a casa da angústia existencialista da escolha do caminho a tomar ou da imobilidade [...]. Aí a rotina ordinária convive com os acontecimentos extraordinários [...]. Aí se cruzam pessoas de todo tipo, inclusive marginalizados que só aí têm lugar.

busca daquilo que Herrera Flores (2009) chama de luta pela dignidade humana e representando, assim, a essência do que ele defende por direitos humanos.

Os produtos desenvolvidos pelas experiências em jornalismo alternativo têm como objetivo, primeiramente, a luta pela sobrevivência e denúncias das injustiças e desigualdades. Todavia, ao mesmo tempo em que fazem isso, essas práticas acabam gerando novos modos de ser e de fazer comunicação, em que o diálogo (FREIRE, 1987) e a coletividade (PERUZZO, 2017) assumem um papel fundamental.

Portanto, as práticas em jornalismo alternativo podem se caracterizar como práticas reais dos direitos humanos. Consideramos que é dentro da luta pela sobrevivência, dignidade e direitos que se cruzam os pontos de conexão entre jornalismo alternativo e a teoria crítica dos direitos humanos. Tanto o jornalismo alternativo, quanto a teoria crítica dos direitos humanos, trazem para o centro de suas práticas (teóricas ou sociais) os sujeitos subalternizados, historicamente invisibilizados e excluídos dos espaços de disputa do “direito” e de produção de conteúdos jornalísticos. Essa invisibilização, todavia, não pode ser pensada fora dos processos históricos e sociais ou daquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento/globalização, uma vez que é fruto deles.

Aníbal Quijano (2005) vai chamar esse processo de colonialidade do poder, ou seja, a forma como o ocidente (países do norte do mundo) impôs relações de poder e dominação aos países do sul do mundo, buscando padronizar e universalizar os modos de vida. “A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade” (QUIJANO, 2005, p. 107).

A colonialidade, por sua vez, não se estabelece apenas nas relações de superioridade de uns sobre outros (colonialidade do “poder”), mas também na “cultura” (relacionada ao imaginário social), no “saber” (relacionada à produção hegemônica de conhecimento) e no “fazer” (relacionada ao cotidiano). Esses quatro elementos da colonialidade foram articulados por Villanueva (2017), a partir do pensamento de Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo e Nelson Maldonado-Torres. Assim, na comunicação, a exclusão dos espaços de fala e a invisibilização de sujeitos e grupos sociais subalternizados são marcas da colonialidade.

Dessa forma, estabelecemos aqui uma tríade necessária para se pensar as práticas inovadoras e emancipatórias no jornalismo alternativo: 1) o conceito de

jornalismo alternativo alinhado à comunicação popular; 2) a teoria crítica dos direitos humanos; 3) e por fim, o pensamento decolonial. Este último, direcionando nosso olhar por um outro prisma, que reconecta conceitos, recria e reinventa novas possibilidades de ser e fazer comunicação.

REFERÊNCIAS

Bolaño, C.; Brittos, V. (2007). **A Televisão Brasileira na Era Digital**. São Paulo: Paulus.

Cabrera González, M. Á.; Bernal Triviño, A. I. (2011). **Tabletas, smartphones, medios online, contenidos y consumos**. In: I Congreso Comunicación Y Educación. Estrategias De Alfabetización Mediática. Universidad Autónoma de Barcelona. 11-13 maio.

Carballido, M. E. G. (2013). **Repensando los derechos humanos desde las luchas**. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Curitiba, PR, v. 2, n. 24, p. 17-28.

Castilho, N. M. (2013). **Pensamento decolonial e teoria crítica dos direitos humanos na América Latina: um diálogo da partir da obra de Joaquín Herrera Flores**. Dissertação (Mestrado). UNISINOS. São Leopoldo. Orient.: Fernanda Bragato.

Cebrián Herreros, M. (2003). **Información Televisiva: mediaciones, contenidos, expresión y programación**. Madrid: Editorial Síntesis.

Cruz, G. S. (2017). **As narrativas do poder: aproximações cambiantes entre jornalismo narrativo e decolonialidade**. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 03, ed. especial, dez., artigo nº 505.

Fernandes, R. R.; Silva, S. R. (2019). **Inovação: elementos para um olhar decolonial**. In Pérez Aldeguer, S.; Akombo, D. (Eds.). Research, technology and best practices in Education. Eindhoven, NL: Adaya Press, p.18-27.

Fling, B. (2009). **Mobile design and development: practical techniques of creating mobile sites and web apps**. EUA: O'Reilly.

Freire, P. (1987). **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Gonçalves, J. M. A. (2009). **Narrativas Audiovisuais para Dispositivos Móveis: extensão e complementaridade**. Dissertação (Mestrado) em Comunicação Multimídia. Universidade de Aveiro. Orients.: Pedro Almeida, Jorge Abreu e Fernando Rubio.

Grubenmann, S. (2013). Innovation in Journalism: towards a holistic approach. Publicado em: 8/mar/2013. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/235799323_Innovation_in_Journalism_Towards_a_Holistic_Approach. Acesso em: 5/out/2013.

Gynnild, A. (2014). **Journalism innovation leads to innovation journalism: the impact of computational exploration on changing mindsets**. Journalism. Vol. 15(6), p. 713-730.

Herrera Flores, J. (2009). **A Reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux.

Jenkins, H. (2008). **Cultura da convergência**. Trad.: Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2008.

Kaplún, M. (1985). **El comunicador popular**. Coleccion Intiyan, Ediciones CIESPAL, Quito, Equadro.

López, X. (2006). **Presentación**. In: López, X. (org.). Sistemas digitales de información. Madrid: Pearson Educación, p. vii-xv.

Malerba, J. P. (2013). **Catarse e contra-hegemonia: contribuições teóricas gramscianas para a Comunicação Comunitária**. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0670-1.pdf>. Acessado em 15/out/2019.

Mignolo, W. (2017). **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Realidade. RBCS Vol. 32, n° 94.

Nascimento, F. (2018). **Estudos culturais e estudos descoloniais: diálogos e rupturas na construção de uma pesquisa de recepção**. Novos Olhares. Vol.7, N.1, p.80-87.

Palacios, M.; Barbosa, S.; Firmino, F.; Cunha, R. (2015). **Jornalismo móvel e inovações induzidas por affordances em narrativas para aplicativos em tablets e smartphones**. In: Canavilhas, J.; Satuf, I. (Orgs.). Jornalismo para Dispositivos móveis: produção, distribuição e consumo. Covilhã: Livros Labcom, p.7-42.

Peruzzo, C. (2009). **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Galáxia. núm. 17, junho, p. 131-146.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 120.

Rogers, E. M. (1983). **Diffusion of innovations**. 3a.Ed. Nova Iorque: The Free Press.

Rossetti, R. (2013). **Categorias de inovação para os estudos em Comunicação**. Comunicação & Inovação, v. 14, n. 27. São Caetano do Sul: jul-dez, p.63-72.

Rusch, D. C. **The Online-Journalistic Article as "Extensive Audio-Visual Event"**. Disponível em: http://revista.cisc.org.br/ghrebh7/artigos/04rusch_ing.html. Acesso em: 27/fev/2010.

Schudson, M. (1998). **Creating Public Knowledge**. In: Dennis, E. E.; Snyder, Robert W. *Media & Democracy*. New Brunswick (EUA) e Londres: Transaction Publishers, p. 29-34.

Silva, J. S. (2016). Prefácio: **A dimensão institucional do paradigma cultural**. In: Edmerson dos Santos Reis (Ed) (2016). *O paradigma Cultural, Interfaces e conexões*. Juazeiro da Bahia, Brasil: Uneb. p.13-26.

Silva, J. S. (2017). **Agroecologia e a ética da inovação na agricultura**. REDES. Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 352-373.

Steinbock, D. (2005). **The mobile revolution: the making of mobile services worldwide**. Londres: Kogan Page.

Torre, A. E.; Pires, J. J. (2018). **Epistemologias plurais: pensando as ciências da comunicação desde a América Latina**. Revista Famecos. Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1-18, ID30108.

Tourinho, C. A. M. (2010). **Telejornalismo: Em busca de um novo paradigma**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 7, no. 1, p. 19-29.

Villanueva, E. T. (2017). **La rehumanización, sentido último de la decolonización comunicacional**. Rev Aportes, nº 23, p. 31-38, dezembro.